A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA DOMINAÇÃO POLÍTICA: Uma análise do planejamento e intervenções urbanas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luís 2013 – 2020.

Marina Santos Cutrim[1]

Victor Varão de Sousa Lima[2]

RESUMO

São Luís, capital do estado do Maranhão, se configura um espaço de imensas desigualdades socioespaciais. A capital ocupa terceiro lugar em aglomerados subnormais no país, com cerca de 25% de sua população em irregularidade fundiária e urbanística. Devido ao crescimento desordenado e planejamento incoerente, a cidade acumula problemas de infraestrutura. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) atua em diversas frentes no combate a precariedades, sendo responsável pelo planejamento e gestão das obras públicas referentes aos sistemas de drenagem, abastecimento de água e de coleta de esgoto domiciliar, gestão da implantação e conservação do sistema viário, bem como pela administração dos serviços de iluminação pública. Para compreender o *modus operandi* da Prefeitura Municipal no espaço, o grupo LATESE, vinculado a Universidade Estadual do Maranhão, desempenha trabalho de campo, onde são analisadas duas perspectivas: a eficácia do trabalho na periferia e a qualidade de uma obra entregue em espaço consolidado.

Palavras-chave: Administração Pública; Planejamento Urbano; Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

ABSTRACT

São Luís, capital of the state of Maranhão, configures itself as a space of immense socio-spatial inequalities. The capital ranks third in subnormal agglomerations in the country, with around 25% of its population in irregular land tenure and urban planning. Candidate for disorderly growth and inconsistent planning, the city accumulates infrastructure problems. The Department of Constructions and Public Services (SEMOSP) acts on several fronts in the fight against precariousness, being responsible for the planning and management of public constructions related to drainage, water supply and sewage collection systems, management of the implementation and conservation of the system road, as well as for the administration of public lighting services. To understand the *modus operandi* of the City Hall in space, the LATESE group, linked to the State University of Maranhão, performs fieldwork, where two perspectives are analyzed: the effectiveness of work in the periphery and the quality of a work delivered in a consolidated space.

[1] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão, E-mail: marcutrium.arq@outlook.com

[2] Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão e pesquisador do LATESE, E-mail: victorvarao12@gmail.com

Keywords: Public Administration; Urban planning; Municipal Department of Public Works and Services.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a capital maranhense conta com mais de 1 milhão de habitantes e assume o papel de cidade principal da região metropolitana composta por treze municípios, concentrando aproximadamente 95% de seus habitantes na área urbana. Esses dados são oriundos de um crescimento populacional desenfreado a partir da década de 1970 e da perspectiva de oferta de empregos com a chegada de grandes empreendimentos na cidade. Dessa forma, São Luís é produto de um contexto de desenvolvimento urbano modernista característico de cidades brasileiras, onde houve uma preocupação maior em urbanizar o espaço do que em oferecer serviços essenciais para a qualidade de vida da população, trazendo diversos problemas de estrutura física e administrativa como vemos atualmente, sufocando a capacidade do poder público municipal em resolvê-los (BURNETT, 2008). Apesar de ocupar a 24° posição dentre os 5.570 municípios do Brasil no *ranking* do maior Produto Interno Bruto do – PIB em 2018 (SÃO LUÍS, 2021), os dados presentes no *site* “Atlas Brasil”, São Luís é também um espaço de imensas desigualdades socioespaciais, em 2017 somente 51,6% de domicílios têm esgotamento sanitário adequado, por exemplo.

Esse é um panorama da maioria das cidades brasileiras, todas enfrentam em comum os principais problemas estruturais da administração e gestão municipal: falta de condições de arcar com a própria estrutura administrativa através de recursos da economia local; a elevada rigidez do orçamento das prefeituras, sobretudo, com gastos com pessoal; e as dificuldades para o cumprimento das obrigações financeiras e de gerar bem-estar e competitividade por meio de investimentos (AGÊNCIA BRASIL, 2019). A deficiência no planejamento dessas prefeituras é um fator essencial para o atendimento às necessidades básicas da população. Os gestores se encontram em dificuldade nesse aspecto para cumprir com suas obrigações financeiras, pois vêm deixando restos a pagar para o exercício seguinte sem a devida cobertura de caixa. Por fim, o que sobra é que em média mais da metade das cidades

brasileiras só investem 3,1% para melhorias na qualidade de vida da população e no incentivo de negócios locais (FIRJAN, 2019).

Dentro desse contexto, a Administração Pública, de acordo com Rosa (2012), pode ser definida como sendo um conjunto de entidades e órgãos encarregados de promover as atividades administrativas de forma que atenda e satisfaça as demandas coletivas, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP) surge como um órgão fundamental para garantir a qualidade de vida mínima através de uma infraestrutura adequada, pois o "planejamento urbano é fundamental na condução e administração de qualquer cidade, pequena, média ou grande, seus diversos instrumentos servem ao menos na teoria, como organizadores e reguladores da produção do espaço urbano" (DOS SANTOS p. 10, 2019).

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa, denominado "O ENFRENTAMENTO DAS PRECARIEDADES URBANAS NA METRÓPOLE MARANHENSE: as ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São Luís, Maranhão, 2013 – 2020" que teve início no ano de 2019, realizada pela Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (Latese) do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão. A pesquisa se propôs identificar os processos de planejamento e os desafios presentes nas intervenções urbanas feitas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal em São Luís.

Portanto, este artigo tem o objetivo de discutir a capacidade nas ações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos na qualificação dos espaços precarizados da cidade, contribuindo para o conhecimento dos processos de planejamento e gestão das cidades no que se refere ao atendimento a serviços básicos.

Para tanto, a estrutura deste texto se divide em duas seções, o primeiro se refere aos resultado da coleta de dados secundários e primários, com visitas à SEMOSP e entrevistas com funcionários, caracterizando sua organização administrativa, financeira e física; o segundo item diz respeito ao trabalho de campo, dentro do órgão e em bairros da cidade, tendo como foco o processo da realização de obras pela Secretaria e o ponto de vista da população, baseando-se nas técnicas de entrevista na pesquisa socioespacial (Kapp, 2020), entendendo-as como oportunidades de interação com pessoas e mundos que não existiriam por outros meios.

2. O CENÁRIO LUDOVICENSE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

O fato de, nas regiões subdesenvolvidas, as cidades terem passado por um processo de crescimento desordenado, como é o caso de São Luís, trouxe à tona problemas de degradação ambiental, necessidade de deslocamentos maiores e a falta de saneamento básico, ou seja, uma carência complexa de infraestrutura.

Nesse contexto, o planejamento urbano, com suas ferramentas de intervenção, entra como elemento importante para garantir um desenvolvimento equilibrado como forma de corrigir essas “distorções”. Neste sentido, em 2019, a cidade passou por um processo de revisão do Plano diretor (Lei Nº 4669, de 11 de outubro de 2006), sendo esse instrumento um “complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local” (VILLAÇA, 2005, p. 9). A nova proposta do poder executivo, aprovada em 2019 no Conselho da Cidade, mas não aprovada por meio de audiências públicas, inclui o aumento de cerca de 40% do perímetro urbano sobre a zona rural do município (DOS SANTOS, 2019).

Uma consequência real com a ampliação da área urbana é o aumento de demanda por infraestrutura e serviços básicos, ou seja, exigindo mais do órgão municipal responsável, neste caso SEMOSP, e do setor público como um todo, que já se encontra em uma situação delicada perante o cenário catastrófico da vida urbana em São Luís, principalmente em bairros mais populares ou afastados onde o perfil socioeconômico dos moradores é mais desfavorável.

Figura 1 – Moradores abastecendo baldes em trecho com vazamento de água que ocasionou a interrupção do fornecimento de água no bairro do João Paulo
Fonte: Fonte: G1 Maranhão 2019

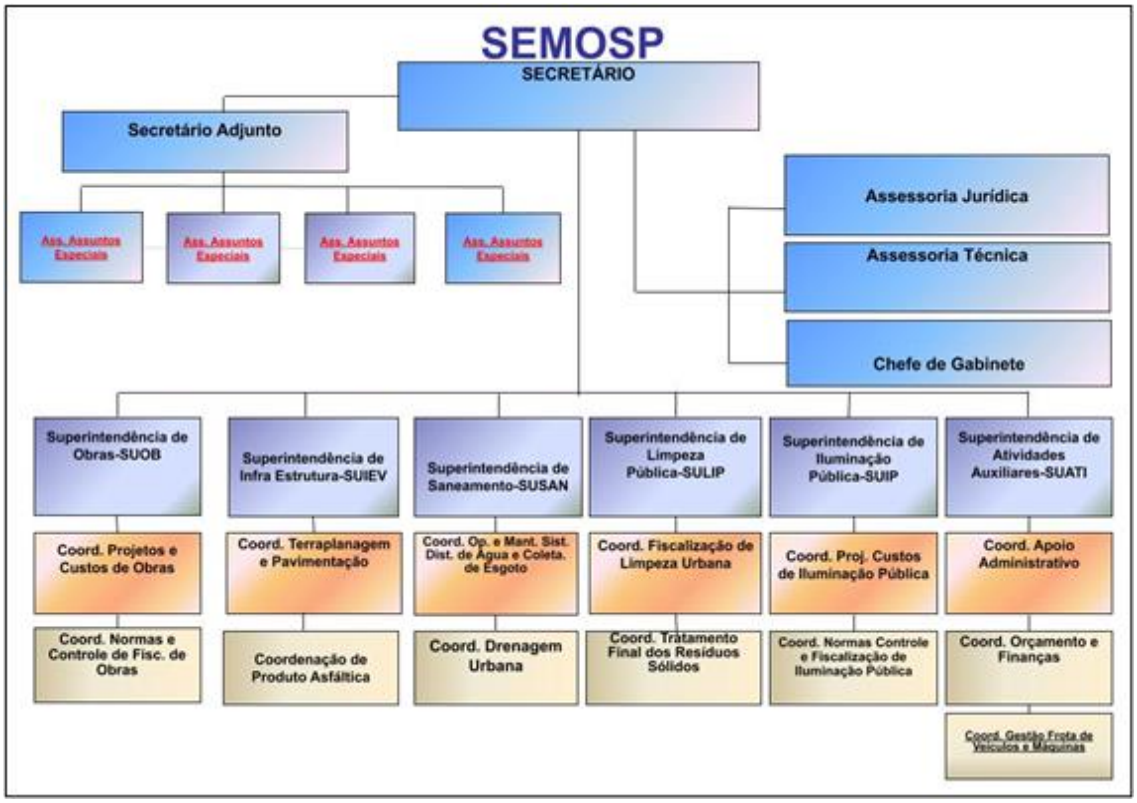
Aliado a esses aspectos, no que tange os dados da Administração Pública, segundo o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) 2019, São Luís terminou o ano de 2018 com a pior situação fiscal entre as capitais brasileiras. Obteve resultados críticos principalmente em investimento e liquidez, apresentando nota 0, com a Prefeitura finalizando as atividades de 2018 com mais restos a pagar do que com recurso em caixa para quitação no exercício do ano seguinte (FIRJAN, 2019).

De acordo com o site oficial da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís, ela é a responsável pelo planejamento e gestão das obras públicas da Prefeitura Municipal, “referentes aos sistemas de drenagem, abastecimento de água e de coleta de esgoto domiciliar, pela gestão da implantação e conservação do sistema viário, bem como pela administração dos serviços de limpeza e iluminação públicas”. No recorte de tempo abordado neste trabalho (2013-2020), a administração municipal foi exercida pelo mesmo prefeito Edivaldo Holanda e assumiu como gestor da SEMOSP durante esses anos um secretário com formação em Arquitetura e Urbanismo.

A atual nomenclatura e estrutura da Secretaria foi modificada pela Lei nº 4825 de 30 de julho de 2007. No entanto, essa lei de criação diz respeito à SEMOSP como conhecemos hoje, a partir dela houve uma mudança de nomenclatura e outras providências, mas já tiveram alguns outros nomes e atribuições um pouco diferentes. Anteriormente, em 30 de dezembro de 1998 foi criada a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SEMSUR) através da Lei n° 3774, extinguindo a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (SEMFRA) que foi estabelecida através da Lei n° 3772 de setembro de 1993. Não foram encontradas informações sobre possíveis leis de criação desse tipo de secretaria antes de 1993.

De acordo com o Regimento Interno (Decreto n° 33604, 25 de fevereiro de 2008), a SEMOSP tem sua estrutura dividida em quatro níveis, onde o primeiro nível é da Administração Superior, composta pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos; o segundo nível é o de Assessoramento com o gabinete e suas respectivas assessorias; já o terceiro é o de Gerência Superior e é onde se encontra o secretário adjunto; por fim vem o quarto nível de Atuação Programática, ele é constituído pelas superintendências e coordenações. Ela é formada por seis superintendências: Obras;

Infraestrutura Viária; Saneamento Básico; Limpeza Pública; Iluminação Pública; Atividades Auxiliares. No organograma acima, disponibilizado pela própria Secretaria de Obras, podemos entender melhor como ocorre essa organização (SÃO LUÍS, 2008).



Quadro 1 – Estrutura organizacional da SEMOSP

Fonte: SEMOSP, 2019.

Observa-se que ela desempenha um papel fundamental no funcionamento da cidade, pois é responsável por diversos serviços básicos para promover a qualidade de vida urbana: fornecimento de água e iluminação pública, coleta de lixo, redes de esgoto, vias públicas etc. (SÃO LUÍS, 2007). Quando há um problema com algum desses serviços, a consequência é, muitas vezes, o caos para uma parcela da população, ou para a cidade inteira. Podemos perceber isso, também, em várias matérias de reportagens, seja na internet ou na TV, tornando-se até uma ferramenta de denúncia constante e cobrança de ações da prefeitura.

2.1. Planejamento orçamentário

Analisando documentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal no que tange o planejamento orçamentário nos últimos anos, nota-se que os gastos da SEMOSP estão distribuídos de forma padronizada em três funções principais: administração,

urbanismo e saneamento. As suas atividades estão organizadas nesse sentido, tudo que a secretaria atua se volta para esses tipos de políticas públicas. Assim, observando as despesas realizadas e as leis orçamentárias, concluímos que a SEMOSP normalmente atua através do programa de “administração geral” em ações voltadas para o custeio de pessoal e encargos sociais. O Programa de “infraestrutura urbana” atua através de ações como: construção, ampliação, recuperação e conservação de áreas de lazer; implantação, ampliação e manutenção de vias urbanas; aquisição e desapropriação de imóveis, construção e reforma de prédios públicos. E ação de aperfeiçoamento e ampliação do sistema de iluminação através do programa de “iluminação pública” e na gestão de resíduos sólidos pelo programa de “resíduos sólidos e limpeza pública”. Por fim, o programa “de água, esgoto de drenagem” atua em ações de drenagem, recuperação e limpeza de canais e saneamento básico.

Percebe-se que em 2019, a “implantação, ampliação e manutenção de vias urbanas” é uma das ações de maior custo dentro do cenário dos serviços urbanos do órgão, perdendo somente para a gestão de resíduos sólidos. Em setembro de 2019, por exemplo, houve uma licitação para “Contratação de empresa especializada na execução de recuperação de pavimentação asfáltico nas ruas e avenidas do município de São Luís/MA", através do edital de concorrência nº 11/2019 – Central Permanente de Licitação, em que declarou a empresa vencedora da concorrência com o valor Global de R$ 17.495.842,65 (PMSL, 2019). Em conversa com um dos engenheiros do setor de obras em 2019, também se relatou que a questão do asfaltamento e a manutenção de vias é realmente o cargo chefe das atividades desempenhadas no órgão. No entanto, como aponta Ferreira (2018), essas obras não são executadas com planejamento e originam ações emergenciais paliativas caracterizando as famosas “operações tapa-buracos”, o que compromete o orçamento da instituição, pois constantemente precisa-se intervir no mesmo local, deixando as vias da capital com aspecto de remendo e carecendo de melhorias.

Logo, há certa limitação nos recursos destinados para a secretaria suprir suas demandas, já que a cidade vive uma constante expansão urbana desordenada e crescimento populacional, surgindo novas áreas de ocupação sem a devida regularização fundiária, mas que necessitam de serviços essenciais de infraestrutura. Ou seja, dificilmente há possibilidade de investimento, pois a SEMOSP está mais ocupada em manter em dia esses serviços indispensáveis para o funcionamento

mínimo da cidade, como nas operações tapa-buracos e a Prefeitura, em manter em dia os custos com pessoal.

2.2. Recursos técnicos e pessoal

Alguns serviços da Secretaria são executados através da terceirização, apesar de atuar diretamente em algumas frentes, como asfaltamento, onde a mesma possui maquinário e mão de obra especializados, os recursos e equipes são limitados, necessitando da contratação de empresas e exigindo a fiscalização e acompanhamento das atividades desenvolvidas por essas empresas, com o intuito de direcioná-las em suas ações. Alguns outros serviços de competência da Secretaria são através da concessão, como o abastecimento de água e esgotamento sanitário, iluminação pública e limpeza urbana. As superintendências ligadas a esses serviços atuam no acompanhamento, fiscalização das intervenções feitas e solicitadas diariamente.

Os serviços públicos que são executados diretamente pela SEMOSP necessitam de recursos básicos diários. Em parte, ela acompanha o crescimento urbano da cidade, já que esse é um dos motivos de cada vez mais novas demandas, no entanto a Prefeitura não disponibiliza uma cartografia adequada e atualizada do espaço. Sendo assim, o órgão precisa recorrer a outras ferramentas de consulta, como os mapas de plataformas digitais, que são bem atualizados e apresentam-se como instrumentos fundamentais no processo de intervenções urbanas e planejamento de ações, pois mostram as imagens praticamente em tempo real em relação à paisagem urbana. Apesar disso, durante a pesquisa não foi identificado no órgão um registro claro e acessível de acompanhamento das intervenções ao longo dos anos, prejudicando exponencialmente o planejamento estratégico das suas ações, aspecto esse destacado por Ferreira (2018, p. 74) no seu texto de dissertação “Avaliação diagnóstica sobre o planejamento das obras de pavimentação urbana executadas em São Luís - MA”, onde ele cita que “as visitas realizadas na SEMOSP colheram informações que constatam que a instituição não funciona adequadamente estruturada com foco em gerenciamento de projetos e as obras não são realizadas com o devido planejamento”.

3. O PAPEL DA SECRETARIA NO TERRITÓRIO DA CIDADE

3.1 Comunicação: canais de escuta e transparência

É importante perceber a Secretaria como um dos principais instrumentos de intervenção urbana da Prefeitura de São Luís. Isso naturalmente implica em um jogo de poder, onde a gestão é responsável pela promoção da dignidade e qualidade de vida e, consequentemente, a negação das mesmas de acordo com a eficácia de seus métodos e definição de prioridades. Ana Fani Alessandri Carlos (2001) ressalta três níveis de análise para produção do espaço que podem ser claramente lidos no espaço urbano: a dominação política, as elites locais e a apropriação cotidiana.

Na análise da produção do espaço apontada por Carlos (2001), destacamos nesse contexto a dominação política, expressa pelo poder municipal. A ideia desse poder como zelador deve ser assumida como ideal não cumprido, pelo menos não por completo. Isso porque no processo de produção do espaço urbano existe uma mistura de interesses, que pode ser lido como interesses em conflito. Carlos (2001) aponta o Estado intencionalmente manipulado por uma classe dominante e suas vontades se manifestam por instrumentos políticos. Ela dispõe um duplo poder sobre o espaço: a propriedade privada do solo e as ações do Estado.

Ao tratarmos a complexidade da relação do poder público e a cidade, parte dessa narrativa diz respeito à população que vem a se beneficiar desses projetos, afinal, ela paga a conta. A participação entra como peça-chave desde a escolha dos gestores, fiscalização, cobrança e geração da demanda de trabalho da secretaria alvo deste estudo. Juan Bordenave (1994) aponta como algo benéfico a sociedade plenamente participativa, tendo como o último e mais avançado estágio a autogestão.

Bordenave (1994) aponta que para que haja a participação real, se fazem necessárias algumas ferramentas operativas que são processos através dos quais grupos realizam ações transformadoras sobre seu ambiente e seus próprios membros. Nesse contexto, ele aponta a comunicação como uma dessas ferramentas e relaciona a dois processos primordiais: o de informação e o de diálogo. Bordenave (1994) lembra que a própria Constituição do Brasil estabelece a obrigação dos meios de comunicação do país em fornecer informações necessárias para a tomada de decisão por parte dos cidadãos. Os canais institucionais também são peças-chave nessa difusão e têm como aliados nesse processo a tecnologia.

> A participação democrática baseia-se em canais institucionais. Em primeiro lugar, de informação: não há participação popular sem informação qualitativamente pertinente, quantitativamente abundante sobre os problemas, os planos e os recursos políticos. Em segundo lugar, canais de

> consulta. Em terceiro lugar, canais de reivindicação e protesto. (BORDENAVE, 1994, Pág. 68).

Nesse âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, dentro do recorte de tempo analisado, as demandas de compartilhamento de informações e ouvidoria são de responsabilidade da ASCOM (Assessoria de Comunicação), que funciona como suporte da Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal. Através dela, as demandas são captadas e repassadas diretamente para a figura do então secretário, que, juntamente com sua equipe de assessores especiais, demanda ações para a Secretaria.

A ouvidoria é realizada através de empresa terceirizada que capta as reclamações em veículos de comunicação variados e redes sociais, e tais informações somam-se ao que a própria ASCOM adquire. Outra forma de captação de demanda é através de reuniões diretas com o Gabinete da Secretaria. Nesse caso, é observado o contato principalmente de líderes comunitários, empresários e até do próprio Prefeito. É importante ressaltar que, apesar de ouvidas as demandas, não há garantia que a obra realmente seja executada, dependendo de inúmeros fatores que pesam na decisão da figura do então Secretário.

O compartilhamento de informações das ações da Secretaria se dá através das contas oficiais nas redes sociais do então secretário, Antônio Araújo, e do então prefeito, Edvaldo Holanda, e através do site oficial da prefeitura, alimentado pela Secretaria Municipal de Comunicação. São compartilhadas imagens de obras em andamento, principalmente de asfaltamento e drenagem profunda, sendo elas de acordo com a escolha do então Secretário da SEMOSP. Bordenave (1994) aponta que, na democracia, a participação de todos os setores depende da adequação da comunicação, tanto no nível de pequenos grupos, como em massas, espalhadas no território. Nesse quesito, observamos que a prefeitura atua principalmente através das propagandas pagas em televisão, outdoors e canais online, como o site da própria Prefeitura, e as contas oficiais dos gestores. Percebemos que a maior parte das informações da SEMOSP em si são veiculadas na conta pessoal do Instagram do então Secretário.

3.2 Estudos de casos acerca de intervenções da SEMOSP

3.2.1 Residencial Amendoeiras

Para nos debruçarmos na relação da SEMOSP com a cidade, analisamos duas formas distintas de atuação: a percepção de moradores de um bairro implantado na zona rural que conta com seus dilemas de exclusão do espaço urbano, o residencial Amendoeiras, e um espaço historicamente negligenciado pelo poder público que, até 2020, estava em situação precária e recebeu uma obra de drenagem profunda e urbanização da prefeitura realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos. A percepção que se obtém dos dois locais não demonstra a totalidade de tratos que a SEMOSP transmite, mas nos ajuda a compreender os métodos de trabalho adotados e sua eficácia no fazer da cidade.

O Residencial Amendoeira foi inaugurado em 2015, tendo as chaves entregues através de sorteio com pagamento financiado pelo programa Minha Casa Minha Vida. Foram ao todo entregues 1300 chaves para moradores de diversos bairros de São Luís, previamente cadastrados no sistema gerido pela própria Prefeitura (O IMPARCIAL, 2015). O Amendoeira se situa próximo a empreendimentos de caráter similar, como o Residencial Luíz Bacelar, Morada do Sol e o Conjunto Santo Antônio. Silva (2016) aponta que a construção do residencial teve consequências negativas ao seu entorno, causando o aterramento do Rio Ambude e prejudicando atividades cotidianas de moradores do bairro do Maracanã como banhos, pesca e lavagem de roupas. Através de entrevistas de caráter exploratório (KAPP, 2020) pudemos ter acesso a experiências por meio de “contação de casos”. Os entrevistados narram que os primeiros meses foram os mais difíceis, dependendo de longas caminhadas para encontrar comércio, porém, hoje em dia, o que mais incomoda, além da violência, é a dificuldade nos acessos. Foi evidenciado nos contatos a importância da União de Moradores do Residencial Amendoeira, que atua principalmente na gestão local e fazendo a ponte da comunidade com determinados órgãos públicos e representantes de empresas que prestam serviço na comunidade, como a CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão) e empresas que atuam no transporte público.

Figura 2 – Acesso intrafegável ao Residencial Amendoeira.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

A União de Moradores é um exercício de poder local que contribui para a democratização das políticas públicas e da oferta de serviços urbanos. Dowbor (1995, p. 26) aponta que “o poder local”, com os seus instrumentos básicos, que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, constitui, nesse sentido, um mecanismo de ordenamento político e econômico”. Essa movimentação está atrelada a um processo de apropriação do espaço (Sobarzo, 2006), que ocorre na escala de bairro dentro do local analisado, mas nem tudo está ao seu alcance. No que tange ao escopo de obrigações da SEMOSP, os serviços deixam a desejar principalmente nas áreas entre os residenciais entregues, sendo quase impossível transitar de um bairro para outro em um veículo baixo.

3.2.2 Rua da Malária, Bairro do João Paulo

O segundo local analisado fica no Bairro do João Paulo, um dos bairros mais antigos da capital maranhense. A Rua da Malária ou Rua da Felicidade é uma via ao longo do “Canal da Malária”, um corpo hídrico urbano que recebe esgoto *in natura* das moradias e comércios instalados em seu percurso. Ao contrário do residencial Amendoeiras, que conta com um exercício mais ativo do poder local, o lugar em que a rua se encontra não conta com uma organização de moradores reconhecida. As demandas de obras, segundo os próprios moradores, surgiram através de denúncia realizada pelo Ministério Público, que exigiu o início imediato das obras.

Figura 3 – Avaliação da Intervenção na Rua da Malária.

Fonte: Acervo pessoal, 2021

Através da pesquisa de campo e das entrevistas, foi observado que o resultado da obra não atendeu as expectativas dos moradores por diversos motivos. Segundo eles, a ação não se deu por completa, deixando alguns trechos sem intervenção, como pode ser visto no mapa. Também há problemas na execução, como captação de água em locais incorretos e subdimensionadas para demanda hídrica existente, fato notado

inclusive por moradores, leigos no assunto. Foram registrados também danos ao patrimônio de moradores como a deterioração de fachadas durante o processo e falhas na concretagem que já causaram acidentes. Alguns dos moradores avalia processo como desorganizado e reclamam também do cronograma da obra, que chegou a ser interrompido por três vezes.

Figura 4 – Ligação da Rua da Malária com o bairro Coroado.

Fonte: Acervo pessoal, 2021.

Ferreira (2018) em sua pesquisa de campo na Secretaria, concluiu que a instituição não funciona adequadamente estruturada com foco em gerenciamento de projetos, o que se reflete na falta de eficiência no serviço prestado à população. Foram identificados problemas de análise técnica preliminar, execução, planejamento físico-financeiro e, por fim, o abandono súbito da obra, deixando problemas graves para os moradores. A população reconhece a melhora em relação ao quadro em que se encontrava anteriormente, surgindo agora diversos usos no espaço público, mas todos os entrevistados narram um sentimento de descaso.

4. CONCLUSÃO

As atividades de pesquisa realizadas dentro da SEMOSP se mostraram de extrema importância para compreensão do *modus operandi* do órgão da Prefeitura de São Luís e sua forma de lidar com o espaço da cidade. Avaliar esse órgão de intervenção urbana foi um indicativo das prioridades do poder municipal, que acabam por coincidir muitas vezes com os desejos da classe economicamente favorecida.

Foi possível constatar que a gestão analisada (2013-2020) adotou uma administração centralizada na figura do Secretário como tomador de decisões, por vezes, não incluindo as Superintendências no processo de planejamento. Isso se reflete também no processo de comunicação da Secretaria com a sociedade, que informava a população do cotidiano de trabalho através de uma óptica de controle do próprio gestor atrelado a sua imagem pessoal.

Nos trabalhos de campo, constatamos que a Secretaria atua de forma reativa, consequência da falta de planejamento, sempre passos atrás das demandas que lhe são atribuídas. Foi possível confirmar que, tanto na área urbana, quanto na zona rural, as precariedades não são resolvidas adequadamente, apesar dos investimentos públicos investidos, apontando para processos de projetos técnicos e fiscalização rigorosa dos serviços contratados.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Ladislau. Governabilidade e descentralização. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Seade, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 21-31, 1996.

Dilma participa de solenidade de entrega de casas no Maranhão. **O Imparcial.** São Luís, 10 ago. 2015. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2015/08/dilma-participa-de-solenidade-de-entrega-de-casas-no-maranhao/>. Acesso em 10 de jul. de 2021.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. O que é participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.
CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.
SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação a apropriação. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93 - 111, 2006

PNDU. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-luis_ma. acesso em 20 dez. 2019.

BURNETT, C. (2008). **Urbanização e desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade dos tipos de urbanização em São Luís do Maranhão**. São Luís, Editora UEMA.

Estimativas do produto interno bruto do município de São Luís 2021. Departamento da informação e inteligência econômica - DIIE, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de São Luís. – São Luís – MA, 2021. 11 p.

FIRJAN: levantamento mapeia saúde financeira de municípios brasileiros. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 31 de out. de 2019. Disponível em: <

https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/firjan-levantamento-mapeia-saude-financeira-de-municipios-brasileiros>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal 2018: recorte municipal abrangência nacional / Firjan – Rio de Janeiro: Firjan. 2019.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito Administrativo.** 13 ed. São Paulo, 2012.

DOS SANTOS, Luís Eduardo Neves. ZONEAMENTO, MACROZONEMENTO URBANO E PLANEJAMENTO: O desenvolvimento geográfico desigual do urbano em São Luís, Maranhão. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 9., São Luís, 2019.

VILLAÇA, Flávio. **AS ILUSÕES DO PLANO DIRETOR**. São Paulo, 2005.

São Luís. **Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o plano diretor do município de são luís e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

São Luís. **Lei nº 4825 de 30 de julho de 2007**. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, atribuindo-lhe nova nomenclatura e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

São Luís. **Decreto n° 33604, 25 de fevereiro de 2008.** Regimento interno da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

São Luís. **Lei n° 3772, 01 de setembro de 1993**. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e dá outras providências

São Luís. **Lei n° 3774, de 30 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação da secretaria Municipal de Serviços Urbanos e dá outras providências. Prefeitura de São Luís: Câmara Municipal.

Chuva causa transtornos em ruas e avenidas de São Luís. **G1 Maranhão,** São Luís, 30 nov. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/30/chuva-causa-transtornos-em-ruas-e-avenidas-de-sao-luis.ghtml. Acesso em 30 jan. 2020.

FERREIRA, Nilson Cardoso. Avaliação diagnóstica sobre o planejamento das obras de pavimentação urbana executadas em São Luís – MA. Dissertação (Mestrado em Construções Civis) - Instituto Politécnico da Guarda, Escola Superior de Tecnologia e Gestão. p. 89. 2018.